

O PAPEL DA AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA NO DIAGNÓSTICO PRECOCE DE DISFUNÇÕES COGNITIVAS EM CRIANÇAS COM TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO

Simone Cezaria dos Santos Pedrosa¹

RESUMO: Este artigo discute o papel da avaliação neuropsicológica no diagnóstico precoce de disfunções cognitivas em crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, destacando sua relevância clínica e educacional. O objetivo do estudo foi compreender como esse processo avaliativo contribui para identificar perfis cognitivos, apoiar o diagnóstico diferencial e orientar intervenções mais adequadas às necessidades da criança. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com levantamento e análise de obras de referência, artigos científicos e documentos normativos relacionados à avaliação psicológica, instrumentos e prática neuropsicológica infantil. Os resultados indicam que a avaliação neuropsicológica, quando conduzida como processo estruturado e integrado, permite transformar queixas genéricas em informações específicas sobre domínios como atenção, memória, linguagem e funções executivas, favorecendo decisões mais precoces e bem fundamentadas. Observou-se também que a qualidade do diagnóstico depende de seleção criteriosa de instrumentos, interpretação contextualizada e devolutiva orientadora, evitando conclusões superficiais e rotulações. Conclui-se que a avaliação neuropsicológica é um recurso central para qualificar o cuidado e a trajetória escolar de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, pois amplia a precisão diagnóstica e sustenta estratégias de intervenção e apoio mais justas e funcionais.

1

Palavras-chave: Avaliação Neuropsicológica. Diagnóstico Precoce. Transtornos do Neurodesenvolvimento. Disfunções Cognitivas. Infância.

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre diagnóstico precoce em crianças com transtornos do neurodesenvolvimento é, antes de tudo, falar sobre tempo e oportunidade. Quanto mais cedo se consegue compreender o que está acontecendo com o desenvolvimento cognitivo, comportamental e adaptativo de uma criança, maiores são as chances de planejar intervenções adequadas, reduzir impactos secundários (como fracasso escolar e sofrimento emocional) e apoiar a família e a escola com orientações mais seguras. Nesse cenário, a avaliação neuropsicológica se apresenta como uma ferramenta clínica e científica que ajuda a traduzir sinais muitas vezes difusos do cotidiano em informações organizadas sobre o funcionamento cognitivo, oferecendo um retrato mais claro de forças, fragilidades e necessidades (LEZAK; HOWIESON; BIGLER; TRANEL, 2012).

¹Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde Universidade: Uneatlântico.

Na prática, a avaliação neuropsicológica não se resume à aplicação de testes, e esse é um ponto que precisa ficar bem explícito desde o início. Trata-se de um processo estruturado que combina entrevista, observação clínica, instrumentos padronizados e análise integrada do desempenho, sempre considerando história de desenvolvimento, contexto escolar e condições emocionais e sociais. A literatura recente reforça esse papel amplo ao discutir a avaliação neuropsicológica como parte central da investigação de transtornos do neurodesenvolvimento, com ênfase no diagnóstico precoce e na articulação com recursos que complementam a avaliação clínica (JOURNAL DE PEDIATRIA, 2025).

Quando o foco são disfunções cognitivas em crianças, o valor dessa avaliação aparece de forma muito concreta: ela permite analisar diferentes domínios (atenção, memória, linguagem, funções executivas, habilidades visuoespaciais e aspectos socioemocionais) de modo a identificar padrões de desempenho que podem orientar hipóteses diagnósticas e, principalmente, decisões pedagógicas e terapêuticas. Em condições como o transtorno do espectro autista, por exemplo, a avaliação neuropsicológica é discutida como uma forma de caracterizar perfis de funcionamento e apoiar o diagnóstico diferencial, além de guiar planejamento de intervenção e acompanhar mudanças ao longo do tempo (BRACONNIER et al., 2021).

2

Ao mesmo tempo, a produção brasileira em neuropsicologia tem destacado que a avaliação ganha força quando é compreendida como leitura do sujeito em sua totalidade, e não como “nota” de desempenho. Em outras palavras, o objetivo não é classificar a criança, mas entender como ela aprende, como processa informações, onde encontra obstáculos e quais estratégias podem facilitar seu desenvolvimento. Obras de referência na área reforçam esse caráter integrativo e aplicado da avaliação neuropsicológica, especialmente no contexto clínico e educacional brasileiro, contribuindo para consolidar o campo e ampliar a qualidade das análises realizadas (MALLOY-DINIZ et al., 2018).

Também é fundamental reconhecer que essa avaliação, por lidar com decisões sensíveis, precisa seguir parâmetros técnicos e éticos rigorosos. No Brasil, a Avaliação Psicológica é definida como um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, orientado à tomada de decisão, e seu exercício envolve diretrizes específicas e regulamentação do uso de testes psicológicos (incluindo a exigência de instrumentos aprovados no sistema competente). Esse cuidado não é detalhe: ele garante qualidade, validade e responsabilidade no uso dos

resultados, especialmente quando se trata de crianças em fase de desenvolvimento (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir o papel da avaliação neuropsicológica no diagnóstico precoce de disfunções cognitivas em crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, destacando sua contribuição para a identificação de perfis cognitivos, para o diagnóstico diferencial e para o planejamento de intervenções mais bem direcionadas. A intenção é sustentar a discussão a partir de referências clássicas da neuropsicologia e de produções recentes sobre avaliação em transtornos do neurodesenvolvimento, articulando o tema com os cuidados técnicos e éticos indispensáveis ao contexto brasileiro, de modo a fortalecer uma compreensão mais crítica e aplicada dessa prática.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Avaliação neuropsicológica infantil: sentido, objetivos e contribuições para o diagnóstico precoce

A avaliação neuropsicológica infantil costuma ser o momento em que a queixa deixa de ser apenas “algo não vai bem” e passa a ganhar contornos mais claros: o que exatamente está difícil, em quais situações aparece, o que a criança já consegue fazer com autonomia e onde ela precisa de mediação. Esse processo, quando bem conduzido, não se reduz a aplicar testes; ele busca compreender o funcionamento cognitivo no cotidiano, articulando desempenho, história de desenvolvimento e contexto de vida, para construir um perfil neuropsicológico útil ao cuidado e às decisões educacionais e clínicas. (COSTA et al., 2004).

O valor disso para o diagnóstico precoce é muito concreto: quanto mais cedo se identificam padrões consistentes de dificuldades cognitivas, mais cedo é possível organizar intervenções, orientar a escola e aliviar a experiência de fracasso que muitas crianças acumulam antes de alguém nomear o problema. Em vez de esperar que a dificuldade “fique grande”, a avaliação ajuda a detectar sinais iniciais e a diferenciar atrasos circunstanciais de alterações persistentes, reduzindo o risco de interpretações moralizantes (como “falta de esforço”) e de encaminhamentos genéricos que não resolvem. (COSTA et al., 2004).

Na infância, a leitura dos resultados precisa respeitar o fato de que o desenvolvimento é dinâmico: habilidades se reorganizam, compensações aparecem, e uma mesma dificuldade pode se manifestar de formas diferentes conforme idade, demandas escolares e ambiente. Por isso, avaliar criança exige olhar para o percurso (marcos do desenvolvimento, linguagem,

socialização, sono, rotinas), e não só para um “recorte” do desempenho. É justamente essa perspectiva desenvolvimental que torna a avaliação neuropsicológica um instrumento de cuidado, e não um rótulo. (COSTA et al., 2004).

Quando falamos em disfunções cognitivas em crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, geralmente estamos lidando com combinações específicas de atenção, memória, linguagem, funções executivas, habilidades visuoespaciais e raciocínio. A avaliação organiza esses domínios de forma sistemática para entender o “como” a criança aprende e resolve problemas, e não apenas o “quanto” ela acerta. Essa diferença é essencial porque orienta intervenções: às vezes a dificuldade está na manutenção da atenção, outras vezes está na flexibilidade cognitiva, na inibição, ou na velocidade de processamento. (LEZAK et al., 2012).

Outro ponto que faz diferença, especialmente para decisões escolares, é a integração entre medidas quantitativas (escores, comparações normativas) e leitura qualitativa (estratégias usadas, erros típicos, fadiga, oscilação por ansiedade). Essa integração evita conclusões apressadas e permite interpretar o desempenho de maneira mais fiel ao funcionamento real da criança. No campo neuropsicológico, a interpretação precisa dialogar com o comportamento observado e com a hipótese clínica/educacional que motivou o encaminhamento. (COSTA et al., 2004).

4

Também é importante reconhecer que o objetivo não é “provar um diagnóstico” sozinho, mas contribuir para uma compreensão ampla que inclua aspectos neurológicos, psicológicos e sociais. A avaliação neuropsicológica, nesse sentido, participa de um mosaico: ela fortalece hipóteses, sustenta o diagnóstico diferencial e melhora a precisão do planejamento de intervenção, sem substituir a equipe multiprofissional quando ela é necessária. (COSTA et al., 2004).

No contexto de transtornos do neurodesenvolvimento, um ganho prático da avaliação é mostrar forças junto das fragilidades. Isso muda a conversa com a criança, com a família e com a escola: sai a narrativa “ele não consegue” e entra uma leitura mais humana e funcional, como “ele consegue melhor quando tem apoio visual”, “precisa de instruções mais curtas”, “responde bem a tarefas com etapas claras”, “demora mais para iniciar, mas finaliza quando tem previsibilidade”. Esse tipo de informação, quando bem devolvida, vira estratégia concreta de cuidado. (COSTA et al., 2004).

Por fim, quando falamos em diagnóstico precoce, a avaliação neuropsicológica não serve apenas para “nomear”; ela ajuda a diminuir o tempo entre o primeiro sinal e uma resposta

adequada. E, para a infância, tempo é um fator decisivo: intervenções ajustadas, feitas cedo, costumam evitar que a dificuldade cognitiva se transforme em sofrimento escolar, baixa autoestima e exclusão silenciosa. (COSTA et al., 2004).

2.2 Transtornos do neurodesenvolvimento: sinais precoces, heterogeneidade e o papel da avaliação

Os transtornos do neurodesenvolvimento formam um campo marcado pela heterogeneidade: duas crianças com o mesmo diagnóstico podem ter perfis cognitivos bem diferentes, e a mesma dificuldade escolar pode ter causas distintas. Por isso, o diagnóstico precoce de disfunções cognitivas não pode se apoiar apenas em “sintomas gerais”; ele exige mapear o funcionamento, localizar padrões e compreender como esses padrões se expressam na aprendizagem e na vida diária. A avaliação neuropsicológica é uma ponte entre o comportamento observado e os processos cognitivos que o sustentam. (LEZAK et al., 2012).

No Transtorno do Espectro Autista (TEA), por exemplo, as funções executivas aparecem frequentemente como área sensível, com implicações diretas na organização do comportamento, na flexibilidade e na adaptação a mudanças. Uma revisão narrativa sobre avaliação neuropsicológica de funções executivas em crianças com TEA ressalta que esse mapeamento contribui tanto para compreender a relação entre sintomatologia e disfunções executivas quanto para orientar diretrizes de intervenção clínica e educacional, embora também destaque lacunas de instrumentos que contemplem especificidades do TEA e diferentes faixas etárias. (FRANCO, 2020).

Já no TDAH, sinais precoces como desatenção persistente, impulsividade e hiperatividade frequentemente se conectam a alterações em funções executivas, afetando autorregulação, planejamento e controle inibitório. Uma revisão sistemática aponta que o transtorno pode ser observado desde o início da infância e que sua relação com funções executivas tem impacto importante no desempenho escolar e na vida social, o que reforça o valor de uma avaliação que consiga diferenciar dificuldades situacionais de um padrão consistente de prejuízo. (SOUZA et al., 2021).

Quando entram em cena as dificuldades de aprendizagem, a complexidade aumenta, porque os prejuízos podem estar mais relacionados a linguagem, memória operacional, processamento fonológico, atenção sustentada ou velocidade de processamento, e nem sempre aparecem de modo “limpo”. Em muitos casos, a criança cria estratégias de compensação, e isso mascara a dificuldade por um tempo, até que as demandas escolares cresçam. A avaliação, nesse

ponto, ajuda a entender por que a criança “até acompanha”, mas se exaure, demora mais, ou perde rendimento quando precisa lidar com múltiplas exigências ao mesmo tempo. (COSTA et al., 2004).

Um elemento delicado do diagnóstico precoce é o diagnóstico diferencial: atrasos globais, déficits específicos, alterações emocionais reativas, privação de estímulos, dificuldades pedagógicas e transtornos do neurodesenvolvimento podem produzir sinais parecidos na escola. O risco é transformar diferenças de trajetória em “problema cognitivo” sem base suficiente, ou, no extremo oposto, negligenciar sinais por achar que “é fase”. A avaliação neuropsicológica bem estruturada reduz esses extremos porque organiza evidências e sustenta hipóteses de forma mais responsável. (LEZAK et al., 2012).

Também vale lembrar que existe uma janela real de oportunidade quando falamos em infância: a literatura sobre plasticidade do neurodesenvolvimento reforça que há períodos em que intervenções podem produzir ganhos relevantes ao longo do crescimento. Por isso, identificar dificuldades cedo não é “antecipar problemas”; é aumentar as chances de um percurso escolar mais protegido e com apoios mais adequados. (GUYER; PÉREZ-EDGAR; CRONE, 2018).

Na prática, boa parte dos sinais precoces aparece primeiro na escola: dificuldade em manter rotina, em seguir instruções longas, em iniciar tarefas, em lidar com frustração, em generalizar aprendizados e em sustentar atenção. Quando a escola não tem ferramentas para interpretar essas pistas, pode cair em explicações simplistas; quando tem apoio e parceria com a avaliação, consegue ajustar práticas e reduzir a exclusão pedagógica, especialmente nos casos em que a criança “passa de ano”, mas não se desenvolve como deveria. (SOUZA et al., 2021).

Por isso, falar em educação mais justa, nesse campo, passa por reconhecer que a dificuldade cognitiva não deveria ser motivo de punição simbólica (rotulação, expectativas baixas, comparações), e sim ponto de partida para apoiar. O diagnóstico precoce, quando articulado com uma devolutiva cuidadosa e com estratégias pedagógicas, pode funcionar como uma forma de justiça educativa: não para “separar”, mas para garantir que a criança tenha condições reais de aprender. (FRANCO, 2020).

2.3 Como se constrói uma avaliação neuropsicológica responsável: etapas, instrumentos e ética

Uma avaliação neuropsicológica infantil responsável começa antes do primeiro teste: começa na pergunta clínica/educacional que motivou o encaminhamento e na escuta

qualificada da história da criança. Entrevistas, anamnese, observações de comportamento e análise do contexto são partes centrais do processo, porque dão sentido aos resultados e evitam interpretações desconectadas da vida real. Essa compreensão processual aparece como um ponto-chave quando se discute avaliação neuropsicológica em crianças, justamente para que a conclusão seja mais do que um “laudo de números”. (COSTA et al., 2004).

No Brasil, além da literatura científica, existe um compromisso normativo: a avaliação psicológica é definida como um processo estruturado, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com objetivo de prover informações para tomada de decisão, e deve se basear em instrumentos reconhecidos cientificamente. Isso ajuda a proteger a criança e a qualidade da prática, porque deixa claro que não se trata de um procedimento improvisado, e sim de um trabalho técnico com responsabilidade ética. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

A seleção de instrumentos precisa ser coerente com idade, hipótese e objetivo. Um levantamento recente sobre instrumentos disponíveis para avaliação neuropsicológica infantojuvenil, analisando testes favoráveis e características de aplicação/correção, mostra que muitos instrumentos concentram-se em inteligência, atenção e memória, e que parte relevante é direcionada a “adolescentes/adultos”, o que acende um alerta: escolher instrumento “porque existe” não basta; é preciso verificar adequação para infância e para o construto que se quer avaliar. (SCAGLIONI; LIMA, 2025).

Quando o foco são funções executivas (muito presentes nas queixas escolares e nos transtornos do neurodesenvolvimento), a avaliação precisa combinar tarefas de desempenho com informações do cotidiano, porque o funcionamento executivo se expressa justamente na vida real: transições, mudanças de plano, tolerância a frustrações, flexibilidade. A revisão sobre funções executivas no TEA chama atenção para a recorrência de comprometimentos e, ao mesmo tempo, para a carência de medidas plenamente sensíveis às especificidades do transtorno e às faixas etárias, o que reforça a necessidade de triangulação de fontes e cautela interpretativa. (FRANCO, 2020).

No caso do TDAH, a literatura revisada em estudo sistemático reforça que as funções executivas são uma dimensão fortemente relacionada à desatenção e impulsividade, com impactos diretos no desempenho escolar e no comportamento. Isso reforça um ponto metodológico importante: a avaliação não deve se limitar a “confirmar sintomas”; ela precisa construir um mapa de como a criança regula atenção, inibição e planejamento, distinguindo

padrões persistentes de variações por contexto (como cansaço, ansiedade, dificuldade pedagógica ou falta de rotina). (SOUZA et al., 2021).

Outro cuidado é garantir qualidade psicométrica e pertinência clínica: instrumentos precisam ter parâmetros técnicos adequados e uso respaldado. Quando se discute avaliação neuropsicológica no Brasil, a discussão sobre parâmetros e listas de instrumentos favoráveis aparece como parte do compromisso com a qualidade técnica, evitando decisões baseadas em medidas frágeis ou inadequadas. Esse tipo de critério protege a criança e fortalece a credibilidade do processo diante da escola e da família. (SCAGLIONI; LIMA, 2025).

A etapa de devolutiva, muitas vezes, é onde a justiça do processo se concretiza: é ali que a linguagem precisa ser acessível, que os resultados precisam ser traduzidos em estratégias e que a criança não pode sair com a sensação de “sou incapaz”. Do ponto de vista normativo, a avaliação deve sustentar tomada de decisão com base em métodos e instrumentos reconhecidos, e a comunicação do resultado precisa respeitar finalidade, contexto e responsabilidade profissional, para que o documento e a orientação tenham utilidade real. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Por fim, a avaliação neuropsicológica responsável, especialmente no diagnóstico precoce, precisa se manter aberta a revisões: a criança cresce, o cérebro se reorganiza, as demandas mudam, e o perfil pode ser atualizado. O que não muda é a lógica central: integrar evidências, respeitar o contexto e transformar o resultado em cuidado e orientação concreta. Quando esse processo é bem feito, ele não “condena” a criança; ele aumenta as chances de um percurso com intervenções mais rápidas, mais ajustadas e mais humanas. (COSTA et al., 2004).

3 METODOLOGIA

Este artigo foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica, porque a intenção central não foi descrever um caso clínico específico, e sim compreender e discutir como a avaliação neuropsicológica contribui para o diagnóstico precoce de disfunções cognitivas em crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, reunindo fundamentos, critérios e achados presentes na literatura. A pesquisa bibliográfica é adequada quando se busca organizar um campo de conhecimentos, mapear convergências e apontar implicações práticas com base em obras e estudos já produzidos, permitindo maior consistência teórica e argumentativa (GIL, 2002; SEVERINO, 2013).

A etapa inicial consistiu na delimitação do tema e do recorte, definindo como eixos: avaliação neuropsicológica infantil, diagnóstico precoce, disfunções cognitivas e transtornos do neurodesenvolvimento. Em seguida, foram definidos descritores e combinações de busca (por exemplo: “avaliação neuropsicológica infantil”, “diagnóstico precoce”, “funções executivas”, “TDAH”, “TEA”, “transtornos do neurodesenvolvimento”, “instrumentos”, “avaliação psicológica”), com variações próximas para ampliar o alcance. O objetivo foi reunir produções com aderência direta ao foco do artigo e com potencial de sustentar tanto aspectos conceituais quanto metodológicos do tema (LAKATOS; MARCONI, 2003).

O levantamento incluiu livros, artigos e documentos técnico-normativos, priorizando fontes científicas e institucionais reconhecidas. Foram considerados materiais de referência na neuropsicologia e na avaliação neuropsicológica, além de produções voltadas especificamente à avaliação infantil. Nesse ponto, foi adotado como texto-base nacional o artigo clássico de Costa e colaboradores, que descreve a metodologia empregada na avaliação neuropsicológica de crianças e suas contribuições, por ser uma referência amplamente citada e útil para organizar o entendimento do processo avaliativo (COSTA et al., 2004).

Como critérios de inclusão, permaneceram no corpus textos que: (a) discutissem a avaliação neuropsicológica como processo (não apenas como aplicação de testes); (b) abordassem domínios cognitivos frequentemente envolvidos em transtornos do neurodesenvolvimento; (c) apresentassem contribuições para diagnóstico precoce, diagnóstico diferencial, caracterização de perfis e implicações para intervenção; e (d) trouxessem discussão ética e técnica aplicável ao contexto brasileiro. Nesse conjunto, foram incorporadas também referências normativas para sustentar os cuidados técnicos, especialmente a Resolução que estabelece diretrizes para Avaliação Psicológica no Brasil, além de documentos e páginas oficiais ligados ao sistema de avaliação de testes (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Para o tratamento e organização do material, foi utilizada uma leitura analítica com categorização temática, agrupando as evidências em três núcleos: (i) fundamentos e objetivos da avaliação neuropsicológica infantil; (ii) heterogeneidade dos transtornos do neurodesenvolvimento e implicações para diagnóstico precoce; (iii) construção de uma avaliação responsável, incluindo seleção de instrumentos, interpretação e devolutiva. Essa escolha evitou que o texto ficasse apenas descritivo e permitiu discutir o conteúdo de forma integrada, destacando convergências, limites e implicações. Como apoio metodológico para

organizar e interpretar a literatura por temas, adotaram-se princípios de análise e sistematização utilizados em estudos documentais e de conteúdo (BARDIN, 2016).

Por fim, o estudo reconhece que, por ser bibliográfico, não pretende “medir” efeitos em uma amostra específica nem substituir a avaliação clínica, mas sim fundamentar uma discussão crítica e aplicada sobre o papel da avaliação neuropsicológica no diagnóstico precoce. Essa abordagem permite consolidar o que a literatura aponta como boas práticas, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de rigor técnico e ético, especialmente quando se trata de infância e de decisões que impactam diretamente a trajetória escolar e o cuidado em saúde (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018; COSTA et al., 2004).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A leitura do conjunto de estudos e documentos analisados mostrou um ponto bem consistente: a avaliação neuropsicológica, quando aplicada à infância, tem maior valor clínico e educacional quando é entendida como processo (e não como “bateria de testes”). Isso aparece com muita clareza na revisão clássica de Costa e colaboradores, ao descreverem a metodologia da avaliação neuropsicológica da criança e suas contribuições para organizar hipóteses, compreender funcionamento e orientar condutas.

10

Um resultado recorrente é que a avaliação neuropsicológica ajuda a “traduzir” queixas genéricas (como “não aprende”, “não acompanha”, “não para quieto”, “não presta atenção”) em domínios específicos do funcionamento cognitivo e comportamental. Essa especificação é decisiva para o diagnóstico precoce, porque antecipa a compreensão do problema e reduz o risco de a criança ficar meses (ou anos) sendo interpretada apenas por rótulos cotidianos.

Em termos de diagnóstico precoce, um achado forte foi a importância do diagnóstico diferencial: muitas dificuldades escolares podem se parecer na superfície, mas ter origens distintas (atenção, linguagem, memória, função executiva, questões emocionais ou pedagógicas). A literatura de base em avaliação neuropsicológica reforça que a interpretação precisa integrar história do desenvolvimento, observação e medidas padronizadas para sustentar hipóteses com responsabilidade, especialmente na infância.

Outro resultado relevante está no campo normativo: a Resolução CFP nº 09/2018 sustenta a avaliação psicológica como um processo estruturado, voltado à tomada de decisão, composto por métodos, técnicas e instrumentos. Na prática, isso impacta diretamente a

avaliação neuropsicológica infantil, porque exige rigor técnico, competência profissional e uso responsável de instrumentos, algo essencial quando se trata de crianças em desenvolvimento.

A análise também evidenciou que, na infância, a avaliação ganha qualidade quando combina medidas de desempenho com a compreensão do comportamento em situações reais. Isso é importante porque há crianças que pontuam bem em tarefas curtas, mas “desorganizam” em rotinas longas; outras ficam ansiosas, cansam rápido, ou oscilam muito. A revisão de Costa e colaboradores destaca justamente a necessidade de articular dados quantitativos e qualitativos na interpretação clínica.

No recorte dos transtornos do neurodesenvolvimento, uma discussão que aparece com força é a relevância das funções executivas para entender dificuldades de autorregulação e aprendizagem. Em crianças com TEA, por exemplo, estudos que mapeiam instrumentos e possibilidades de avaliação das funções executivas ressaltam que esse campo contribui para compreender a relação entre sintomatologia e disfunções executivas, além de orientar intervenções e cuidados iniciais.

Ainda sobre TEA, um resultado que atravessa as publicações é a ideia de heterogeneidade: não existe “um perfil cognitivo único” do autismo. Isso reforça o valor da avaliação neuropsicológica para caracterizar forças e fragilidades, apoiar decisões educativas e sustentar intervenções mais ajustadas ao sujeito, sem reduzir a criança ao diagnóstico.

11

No TDAH, a revisão sistemática sobre relações entre funções executivas e o transtorno indica que sinais de desatenção/hiperatividade podem ser observados desde o início da infância e que prejuízos executivos afetam regulação de comportamento e desempenho escolar. Discutindo esse achado, fica evidente que a avaliação neuropsicológica pode contribuir para diferenciar “agitação situacional” de padrões mais persistentes de prejuízo, o que é crucial quando a família busca respostas precoces.

Um ponto que apareceu com consistência é que a avaliação, quando bem utilizada, também ajuda a diminuir a lógica de culpabilização. Em vez de “ele não quer”, “ela é preguiçosa”, “ele não tem limite”, o processo avaliativo permite mostrar como a criança processa, mantém atenção, planeja e responde a demandas, oferecendo uma leitura mais humana e menos moralizante do desempenho escolar e do comportamento.

As evidências reunidas também sugerem que o diagnóstico precoce é mais efetivo quando não se limita a nomear, mas quando já aponta caminhos de intervenção e acompanhamento. Estudos recentes sobre diagnóstico e intervenção precoce em TEA reforçam

que identificar cedo está diretamente ligado à possibilidade de iniciar intervenções e favorecer desenvolvimento em áreas com dificuldades.

Um resultado prático importante foi observar que, na literatura brasileira, há preocupação crescente com a qualidade dos instrumentos disponíveis para avaliação neuropsicológica infantojuvenil. O estudo de Scaglioni e Lima, ao caracterizar instrumentos favoráveis no SATEPSI, mostra a concentração de testes em alguns domínios e também desafios de adequação de público-alvo, o que reforça a necessidade de seleção criteriosa e triangulação de informações.

Esse achado dialoga diretamente com o próprio SATEPSI como referência institucional: ao consultar a lista de testes, observa-se a presença de instrumentos voltados para avaliação neuropsicológica e de domínios cognitivos específicos. Na discussão, isso sustenta a ideia de que o diagnóstico precoce não pode depender de ferramentas “genéricas”; ele precisa de instrumentos apropriados para idade, construto e finalidade, dentro das normas profissionais.

Outro resultado transversal foi o papel da devolutiva. Ainda que muitos textos foquem nos instrumentos, a literatura metodológica aponta que a devolutiva é parte central do processo: é ela que transforma achados em orientação prática para família e escola. Quando essa devolutiva é bem feita, o diagnóstico precoce deixa de ser apenas um “laudo” e vira plano de cuidado e de suporte pedagógico.

12

Do ponto de vista técnico, a discussão também apontou que a avaliação neuropsicológica não deve ser usada como “atalho” para concluir diagnósticos complexos isoladamente. A Resolução do CFP reforça a avaliação psicológica como processo estruturado e a tomada de decisão baseada em métodos e instrumentos, mas isso não significa que ela substitua acompanhamento médico, pedagógico ou multiprofissional quando necessário; significa, sim, que ela oferece evidências organizadas para qualificar decisões.

A literatura analisada evidenciou ainda um ganho específico do diagnóstico precoce: ele pode prevenir efeitos secundários, como baixa autoestima acadêmica, estigmatização escolar e sofrimento emocional por repetidos fracassos. Embora esse efeito seja difícil de “medir” em um único estudo, a lógica defendida por autores de referência é que a compreensão precoce do funcionamento ajuda a ajustar exigências, apoios e estratégias antes que a dificuldade se cristalize como identidade de incapacidade.

Um resultado interessante é que o diagnóstico precoce, quando acompanhado de orientações, também reorganiza o trabalho escolar: adaptações passam a ser justificadas por

necessidades reais (atenção, memória operacional, linguagem, flexibilidade), e não por “achismos”. Isso dá mais consistência ao planejamento pedagógico e diminui respostas improvisadas, especialmente em contextos em que a escola tenta ajudar, mas não sabe por onde começar.

Na discussão sobre TEA, os estudos reforçam que avaliação e intervenção precoce caminham juntas: identificar cedo tende a aumentar a janela de oportunidades para apoiar desenvolvimento de comunicação, socialização e autonomia. Ao dialogar com essa evidência, a avaliação neuropsicológica se destaca por oferecer um perfil cognitivo e comportamental que pode orientar metas de intervenção mais realistas e funcionais.

Já no TDAH, a revisão sistemática reforça que prejuízos executivos podem afetar diretamente regulação de comportamento e desempenho escolar. Discutindo isso, um ponto se destaca: a avaliação neuropsicológica tem potencial para separar o que é “dificuldade de habilidade” do que é “dificuldade de desempenho” (quando a criança sabe, mas não consegue sustentar/organizar), o que muda completamente a forma de intervir.

Um resultado que aparece como alerta técnico é o risco de conclusões apressadas quando se ignora o desenvolvimento. Como a infância é marcada por mudanças rápidas, o processo avaliativo precisa ser cuidadoso para não “congelar” a criança em um resultado. A literatura metodológica brasileira reforça esse cuidado ao tratar a avaliação neuropsicológica infantil como um processo que integra dados e contexto, e não como sentença definitiva.

13

Em síntese, os resultados da revisão apontam que a avaliação neuropsicológica tem papel central no diagnóstico precoce de disfunções cognitivas em transtornos do neurodesenvolvimento porque organiza evidências, qualifica hipóteses, fortalece o diagnóstico diferencial e orienta intervenções e apoios escolares. Ao mesmo tempo, os textos e normas reforçam que esse papel só se sustenta com rigor técnico, ética profissional e seleção criteriosa de instrumentos, garantindo que o diagnóstico precoce seja, de fato, um caminho de cuidado e não de rotulação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal aprendizado deste estudo foi compreender que a avaliação neuropsicológica, quando realizada com rigor e sensibilidade, não é apenas uma etapa técnica do diagnóstico, mas um recurso de cuidado que organiza o olhar sobre a criança. Ao longo do trabalho, ficou evidente que ela ajuda a transformar queixas vagas em um entendimento mais claro do funcionamento

cognitivo e do modo como a criança aprende, reage às demandas e se adapta ao ambiente escolar e familiar, o que dá mais segurança para decisões precoces.

Em relação ao objetivo do artigo, os resultados discutidos apontam que a avaliação neuropsicológica tem papel relevante no diagnóstico precoce de disfunções cognitivas em crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, especialmente por favorecer o diagnóstico diferencial e a caracterização de perfis. Esse mapeamento permite identificar quais domínios estão mais comprometidos e quais são pontos de apoio, contribuindo para que intervenções e adaptações não sejam genéricas, mas direcionadas às necessidades reais da criança.

Como contribuição, o estudo reforça que o diagnóstico precoce ganha sentido quando não se limita a nomear, mas quando gera orientações concretas para a escola e para a família. Ao oferecer um panorama de potencialidades e dificuldades, a avaliação pode apoiar estratégias de mediação pedagógica, organização de rotina, ajustes de demanda e acompanhamento mais contínuo, reduzindo riscos de estigmatização e de trajetórias marcadas por fracasso escolar repetido.

Entre as limitações, destaca-se o fato de se tratar de uma pesquisa bibliográfica, o que impede observar diretamente a aplicação da avaliação em contextos específicos, com suas variáveis práticas, institucionais e sociais. Além disso, a realidade da avaliação neuropsicológica infantil pode variar conforme disponibilidade de instrumentos, tempo de atendimento e integração multiprofissional, fatores que influenciam tanto a qualidade do processo quanto o impacto das recomendações no cotidiano.

14

Para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas que acompanhem crianças avaliadas em diferentes contextos, observando como os resultados e devolutivas se transformam em intervenções efetivas na escola e na clínica. Também seria importante investigar protocolos e modelos de avaliação que integrem instrumentos padronizados com informações ecológicas do cotidiano, além de estudos sobre formação de profissionais e articulação com políticas públicas, visando ampliar o acesso a avaliações de qualidade e fortalecer práticas de cuidado mais precoces e mais justas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BUENO, José Maurício Haas; PEIXOTO, Evandro Moraes. *Avaliação psicológica no Brasil e no mundo*. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 38, n. esp., p. 108-121, 2018.

CARDOSO, Janaína Pereira Costa; PAULA, Fernanda dos Santos; SANTANA, Jéssica Jônatas Rodrigues Araújo de. Neurodesenvolvimento infantil: relato de avaliação psicológica sem uso de técnicas padronizadas. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 38, n. 116, p. 152-166, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Cartilha de avaliação psicológica. Brasília, DF: CFP, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n. 9, de 25 de abril de 2018. Brasília, DF: CFP, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n. 31, de 15 de dezembro de 2022. Brasília, DF: CFP, 2022.

COSTA, Danielle I.; AZAMBUJA, Luciana S.; PORTUGUEZ, Mirna W.; COSTA, Jaderson C. Avaliação neuropsicológica da criança. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 80, n. 2, supl., p. 111-116, 2004.

FRANCO, Patrícia Pereira Anacleto; CARDOSO, Diana Maria Pereira; ASSIS, Geinara Alves de Santana. Instrumentos utilizados para avaliação neuropsicológica das funções executivas em crianças com transtorno do espectro autista. *Estudos IAT*, v. 5, n. 2, 2020.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MALLOY-DINIZ, Leandro Fernandes. Avaliação neuropsicológica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

RAMOS, Ana Aparecida; HAMDAN, Amer Cavalheiro. O crescimento da avaliação neuropsicológica no Brasil: uma revisão sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 36, n. 2, p. 471-485, 2016.

REPPOLD, Caroline Tozzi; NORONHA, Ana Paula Porto. Impacto dos 15 anos do SATEPSI na avaliação psicológica brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 38, n. esp., p. 6-15, 2018.

SCAGLIONI, Júlia Arimura; LIMA, Ricardo Franco de. Caracterização dos instrumentos utilizados na avaliação neuropsicológica infantojuvenil disponíveis no SATEPSI. *Revista Ensaios Pioneiros*, v. 9, n. 1, 2025.